



# APLICAÇÕES DE TÉCNICAS AVANÇADAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ORGANIZAÇÃO

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

Guilherme Quaresma Gonçalves

Samantha Haussmann Rodarte Faustino

FINO TRACO



trabalh<sup>coleção</sup>&desigualdade

*Aplicações de técnicas avançadas  
de avaliação de políticas públicas*

ORGANIZAÇÃO

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

Guilherme Quaresma Gonçalves

Samantha Haussmann Rodarte Faustino

FINO TRACO



EDITORIA

Todos os direitos reservados à Fino Traço Editora Ltda.

© Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Guilherme Quaresma Gonçalves,  
Samantha Haussmann Rodarte Faustino

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido  
por qualquer meio sem a autorização da editora.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus organizadores e autores  
e não expressam necessariamente a posição da editora.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação | Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

A652

Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas [recurso eletrônico] / organização Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Guilherme Quaresma Gonçalves, Samantha Haussmann Rodarte Faustino. - 1. ed. - Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2014.

Recurso digital : il. (Trabalho & desigualdade ; 17)

Formato: Epdf

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-8054-215-8

1. Política pública. 2. Política pública - Brasil. 3. Livros eletrônicos. I. Amaral, Ernesto Friedrich De Lima. II. Gonçalves, Guilherme Quaresma. III. Faustino, Samantha Haussmann Rodarte. IV. Série.

14-16703

CDD: 320.9

CDU: 32

## CONSELHO EDITORIAL COLEÇÃO TRABALHO E DESIGUALDADE

Celi Scalon | UFRJ

Jorge Alexandre Neves | UFMG

Magda Neves | PUC-MG

Nelson do Valle Silva | IUPERJ

Sergei Soares | IPEA

Tom Dwyer | UNICAMP

## FINO TRAÇO EDITORA LTDA.

Av. do Contorno, 9317 A | 2º andar | Barro Preto | CEP 30110-063  
Belo Horizonte. MG. Brasil | Telefax: (31) 3212 9444  
finotracoeditora.com.br

- 1 *Utilização de metodologias de avaliação de políticas públicas no Brasil* | Iara Lima Vianna, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 15
- 2 *Avaliação das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família: uma análise com o Censo Demográfico do Brasil de 2010* | Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Guilherme Quaresma Gonçalves 39
- 3 *Políticas de transferências condicionadas de renda e a taxa de distorção idade/série: uma análise do Censo Escolar, 1995, 2002 e 2012* | Samantha Haussmann Rodarte Faustino, Fábio César Araújo Costa 73
- 4 *Estudo sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a formação de professores da educação básica, 2003, 2005 e 2011* | Dandara Bispo Pimenta, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 113
- 5 *A política pública do bônus sociorracial na UFMG: avaliação do acesso pelo vestibular, 2008, 2009 e 2010* | Alan Vítor Coelho Neves, Ernesto Friedrich de Lima Amaral, André Braz Golgher 153
- 6 *Ensino profissionalizante como política de aproveitamento do dividendo demográfico: Minas Gerais, 2011* | Bárbara Avelar Gontijo, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 197
- 7 *Vulnerabilidade no espaço urbano: análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2000* | Natália Almeida Fares Menhem, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 237
- 8 *Avaliação de políticas habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010* | Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Magna Maria Inácio, Fabrícia de Almeida Costa 283

- 9 *Análise de pacientes com condições crônicas e a ocorrência de internações hospitalares no Brasil e Minas Gerais, 1998, 2003, 2008 e 2011* | Pedro Cisalpino Pinheiro 317
- 10 *Correlação entre o recebimento de auxílios e o rendimento de trabalhadores no Brasil, 2001–2011* | Samantha Hausmann Rodarte Faustino, Guilherme Andrade Silveira, Isabella Rafael Horta Londe 359
- 11 *Posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar (1976–2005): algo mudou com o Pronaf?* | Jorge Alexandre Barbosa Neves, Florence Fiuza de Carvalho, Daniete Fernandes Rocha 405
- 12 *O impacto do Parlamento Jovem sobre a confiança dos jovens mineiros, 2008* | Guilherme Quaresma Gonçalves, Gabriel Ávila Casalecchi, Mario Fuks 433
- Sobre os organizadores e autores* 463

## *Prefácio*

A avaliação de impactos de políticas públicas não é uma atividade trivial. Precisamos utilizar técnicas apropriadas para buscar uma análise que permita a verificação dos efeitos de políticas sociais. O problema fundamental da avaliação de impacto é que a unidade de observação (indivíduo, domicílio, município ou país, por exemplo) não é observada simultaneamente em dois estados. Uma mesma unidade não pode fazer parte do grupo de tratamento e controle ao mesmo tempo (o verdadeiro contrafactual não existe). Precisamos, então, buscar unidades para os dois grupos que sejam o mais semelhantes entre si. Porém, as unidades que fazem parte do grupo de tratamento podem ter passado por algum processo seletivo ou autosseleção. Esta seleção diminui a semelhança entre o grupo de tratamento (beneficiários) e o grupo de controle (não beneficiários).

Quanto aos modelos para avaliação de impactos, os métodos de estimação de impacto dependem do desenho da avaliação. Em desenhos experimentais, há uma atribuição aleatória da oportunidade de participar em programas sociais. Nesse caso, há a seleção aleatória de regiões e indivíduos beneficiários da política e daqueles que serão o controle. A única diferença entre grupos de tratamento e controle é o ingresso no programa. Há uma avaliação sistemática e uma mensuração dos resultados em distintos momentos da implementação do programa. Se a seleção é aleatória, pode-se dispensar a avaliação anterior à política para ambos os grupos. Por sua vez, em desenhos quase-experimentais, o controle é construído com base na propensão do indivíduo de ingressar no programa. Busca-se obter o grupo de comparação que corresponda ao grupo de beneficiários, com base em certas características (sociais, demográficas, econômicas...). Há então a estimação da probabilidade de um indivíduo de participar do programa.

O grupo de controle é emparelhado ao grupo de tratamento, buscando comparar grupos em que a única diferença seja o recebimento da política. Isso pode ser realizado com modelos de regressão multivariadas ou com técnicas de escore de propensão, por exemplo. Os efeitos são estimados ao comparar grupos de tratamento e controle, antes e depois do programa. Por fim, em desenhos não experimentais, há ausência de grupo de controle e/ou de análises temporais, o que torna mais difícil isolar causas que geram impactos na variável de interesse. Pode ser realizada análise reflexiva para estimar efeitos dos programas com a comparação de resultados obtidos pelos beneficiários antes e depois do programa. É possível ainda utilizar dados secundários para construir grupos de controle que possam ser comparados aos dados primários de grupos de tratamento.

Nesse caso, é preciso esclarecer que o “pseudogrupo de controle” pode não se referir às mesmas unidades geográficas do grupo de tratamento, já que dados secundários geralmente são adquiridos de agregações geográficas maiores.

Em geral, assim como em outras atividades das Ciências Humanas, não possuímos experimentos controlados. Por isso, precisamos deixar claras as limitações de nossas análises. Muitos estudos que visam realizar avaliação de impactos de políticas usam métodos inapropriados para inferir sobre a causalidade entre dois eventos. Há confusão entre o que é uma associação (correlação) entre variáveis e o que pode ser inferido como uma relação causal. É claro que análises descritivas apresentadas na forma de correlações entre variáveis possuem o seu valor. Porém, há um risco de realizar análises, mesmo que por meio de regressões ou outros métodos estatísticos, sem explicar os limites das análises, quanto à estimação e interpretação de causalidades. Os pesquisadores, muitas vezes, examinam suas regressões pensando na causalidade entre eventos, sem especular sobre os mecanismos e problemas implícitos nesta análise, tais como: relações espúrias, efeitos de variáveis não observadas ou omitidas, problemas de causalidade reversa, problemas de autosseleção, valores extremos (“outliers”), valores em branco (“missing”) e amostras não probabilísticas.

Sabemos que é difícil possuir dados que permitam estimar modelos que levem em consideração diferentes direções de impactos diretos e indiretos entre as variáveis (modelos de equações estruturais). Também não é comum possuir dados que permitam mensurar diferentes níveis de impactos das variáveis (individuais, domiciliares, escolares e municipais, por exemplo), o que possibilitaria a estimação de modelos hierárquicos. Apesar dessas limitações, muito pode ser realizado com diferentes técnicas estatísticas na avaliação de efeitos e impactos de políticas públicas, mesmo com modelos de análises quase-experimentais e não experimentais.

Este livro busca apresentar os resultados de trabalhos ligados à aplicação de diferentes técnicas quantitativas na avaliação de políticas públicas. O intuito é de que estas análises possam ser utilizadas didaticamente em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil que tenham o intuito de apresentar exemplos de análises empíricas a alunos de cursos em Ciências Sociais Aplicadas. A especificidade das análises aqui realizadas é que são acessíveis a um público menos preocupado em formulações matemáticas e mais interessado em entender aplicações estatísticas a problemas do mundo social.

Os capítulos deste livro são provenientes de pesquisas realizadas durante atividades de ensino e orientação no Departamento de Ciência Política (DCP) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de 29 de junho de 2009 a 1º de agosto de 2014. Na graduação em Gestão Pública, ministrei os cursos de Metodologia (2010/1, 2010/2, 2011/1, 2012/1 e 2014/1), Avaliação de Políticas Públicas (2011/1, 2011/2, 2012/1, 2012/2, 2013/1, 2013/2 e 2014/1) e Técnicas Avançadas de Avaliação de Políticas Públicas (2013/1). Na graduação em Ciências Sociais, ministrei o curso de Métodos Quantitativos de Avaliação de Políticas Públicas (2010/1). Na pós-graduação em Ciência Política, ministrei a disciplina de Metodologia de Pesquisa (2010/2, 2011/2, 2012/2 e 2013/2) e Problema de Desenho e Análise Empírica (2010/2). No Curso Intensivo de Metodologia Quantitativa em Ciências Humanas, ministrei a disciplina de Análise de Regressão Linear (2011, 2012 e 2013). De 2010 a 2013, também tive a oportunidade de orientar graduandos em Gestão Pública e Ciências Sociais, além de mestrandos em Ciência Política.

Os dez primeiros capítulos do livro são originários de orientações que realizei no departamento. Os dois capítulos finais são provenientes de meus ex-alunos e de colegas da faculdade. Todos os capítulos foram padronizados de forma que tivessem entre 9.000 e 11.000 palavras. Além disso, os estudos apresentam as seções de resumo, palavras-chave, introdução, contextualização, estratégia de pesquisa, resultados, considerações finais e referências bibliográficas. Com isto, buscou-se fazer com que o livro tivesse uma leitura dinâmica, além de se assemelhar com o formato de revistas científicas da área de Ciências Sociais Aplicadas.

O primeiro capítulo é fruto da monografia de graduação em Ciências Sociais de Iara Lima Vianna de 2010 e faz uma discussão bibliográfica da utilização de metodologias de avaliação de políticas públicas no Brasil. Há a ênfase de que estudos de avaliação de políticas públicas são raros no país, sendo necessário aumentar análises com técnicas quantitativas, com avaliação participativa e com preocupações de sustentabilidade.

O segundo capítulo faz uma avaliação de impacto do Programa Bolsa Família (PBF) na frequência escolar de crianças entre 7 e 14 anos com base no Censo Demográfico de 2010. Esse estudo busca averiguar se as condicionalidades de educação deste programa estão surtindo efeito entre os beneficiários. A análise foi realizada em coautoria com meu orientando de mestrado em Ciência Política, Guilherme Quaresma Gonçalves. Foram estimados modelos logísticos com a opção de conglomerados (“cluster”).

O terceiro capítulo apresenta uma análise da redução da taxa de distorção idade/série no país, com base em dados do Censo Escolar. Modelos de mínimos quadrados ordinários foram estimados com a opção de efeitos fixos. O intuito é de apurar se tal redução coincidiu com o período de implementação de políticas de transferência de renda condicionadas à educação. Este trabalho é a base da monografia de graduação em Gestão Pública de Samantha Haussmann Rodarte Faustino de 2013 e foi realizado com auxílio de outro aluno do mesmo curso, Fábio César Araújo Costa.

O estudo de Dandara Bispo Pimenta também foi realizado para servir de monografia do curso de Gestão Pública em 2013. Este quarto capítulo investiga com modelos logísticos se professores da educação básica do país

passaram a ter mais chances de possuir ensino superior completo, após a implementação de cursos a distância e semipresenciais, como é o caso do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O estudo sobre a política pública do bônus sociorracial, implementado por alguns anos no concurso vestibular da UFMG, serviu de base para a monografia de Ciências Sociais de Alan Vítor Coelho Neves de 2011. Este quinto capítulo averigua quais características dos estudantes estão associadas ao recebimento desta política, com a estimação de modelos logísticos multinomiais. Também é analisado o impacto desta política na nota dos alunos no vestibular com modelos de mínimos quadrados ordinários. O professor André Braz Golgher do Departamento de Ciências Econômicas fez parte da banca de defesa desta monografia e contribuiu para o aperfeiçoamento desse estudo.

O sexto capítulo é fruto da monografia de graduação em Ciências Sociais de Bárbara Avelar Gontijo de 2011. Esse estudo busca avaliar qual o impacto de cursos de ensino profissionalizante no rendimento e na chance de estar empregado dos indivíduos, com base em dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais. Com estes objetivos, foram estimados modelos de mínimos quadrados ordinários para prever os rendimentos dos trabalhadores, além de modelos logísticos para estimar a chance dos indivíduos estarem empregados.

O trabalho de Natália Almeida Fares Menhem foi realizado em 2010 e fez parte de sua monografia de graduação em Ciências Sociais. Os dados do Censo Demográfico de 2000 foram explorados com estatísticas descritivas e análises espaciais para entender o comportamento de diferentes indicadores de vulnerabilidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O oitavo capítulo é fruto de uma pesquisa realizada em 2010, em conjunto com a professora Magna Maria Inácio do Departamento de Ciência Política e com a assistente de pesquisa Fabrícia de Almeida Costa que era graduanda em Ciências Sociais. Esse estudo aplicou questionários domiciliares em amostras probabilísticas de bairros da Região Metropolitana de Belo Horizonte que receberiam ou estavam recebendo benefícios de políticas habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para essa coleta e análise de dados primários, foi realizado um plano amostral e consequente investigação descritiva dos dados.

O capítulo nove é resultado da monografia de Pedro Cisalpino Pinheiro de 2013 e investiga quais os determinantes da ocorrência de internações hospitalares. Há uma ênfase na análise do impacto das condições crônicas de saúde, com a estimação de modelos de regressão logísticos. Foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD-MG).

O décimo capítulo surgiu de trabalho da disciplina de Avaliação de Políticas Públicas da graduação em Gestão Pública, ocorrida no primeiro semestre de 2013. Selecionei dois alunos dessa disciplina (Guilherme Andrade Silveira e Isabella Rafael Horta Londe) com base em suas notas no semestre e em uma prova realizada com esse propósito específico. A também graduanda em Gestão Pública, Samantha Haussmann Rodarte Faustino, foi monitora dessa disciplina e é uma das autoras deste trabalho. A ideia foi elaborar modelos de mínimos quadrados ordinários com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para estimar a correlação do recebimento de diferentes benefícios (auxílio para moradia, auxílio para alimentação, auxílio para transporte, auxílio para educação/creche e auxílio para saúde) no rendimento de trabalhadores.

O capítulo onze sobre avaliação do Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi realizado pelo Professor Jorge Alexandre Barbosa Neves do Departamento de Sociologia, pela empreendedora pública Florence Fiuza de Carvalho e pela Professora Daniete Fernandes Rocha. Nesse estudo foram estimados modelos de mínimos quadrados ordinários com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e de Censos Demográficos.

O décimo segundo capítulo investiga como a política pública do Parlamento Jovem, implementada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), apresentou impacto na confiança dos jovens em instituições políticas. Este trabalho serviu de base para a monografia de graduação em Gestão Pública de Guilherme Quaresma Gonçalves de 2012, sob orientação do Professor Mario Fuks do Departamento de Ciência Política.

A investigação também contou com auxílio do doutorando em Ciência Política Gabriel Ávila Casalecchi. Foram estimados modelos de regressão ordinais com a opção de conglomerado (“cluster”) para analisar dados primários coletados de jovens que participaram e que não participaram da política da ALMG.

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

# 1

## *Utilização de metodologias de avaliação de políticas públicas no Brasil*

Iara Lima Vianna

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

**Resumo:** A avaliação de políticas públicas ainda não se converteu em fator indispensável no processo de gestão pública. Acredita-se que, para além da necessidade de fortalecimento dessa atividade avaliativa, a adoção de metodologias de avaliação adequadas, bem como a incorporação de novas técnicas, tendem a elevar a eficiência, eficácia e efetividade social das políticas públicas e a melhorar a capacidade de gestão do Estado. Por meio de revisão bibliográfica, este trabalho apresenta e analisa tanto as metodologias e técnicas de avaliação de políticas públicas que já têm sido utilizadas como as que estão começando a ser empregadas por aqueles que executam avaliações e/ou pesquisas sobre este assunto no Brasil.

**Palavras-chave:** Avaliação de políticas públicas. Metodologias quantitativa e qualitativa. Avaliação participativa.

### **1. Introdução**

Muito estudiosos da temática de políticas públicas destacam em seus trabalhos que uma melhor gerência pública seria propiciada, entre outros, pelos seguintes fatores: melhores condições e mais informações para concepção e planejamento, maior eficiência alocativa de recursos, oportunidade de acompanhamento dos processos de execução, observação contínua da efe-

tividade das estratégias escolhidas e possibilidade de revisão tempestiva dos procedimentos de decisão, da gestão e da aplicação de recursos das políticas públicas executadas (Silva; Costa, 2002; Faria, 2003; Trevisan; Van Bellen, 2008). No entanto, há poucas experiências e tradição de avaliação sistemática de desempenho e de resultados de políticas públicas no Brasil. À notória carência de estudos dedicados a processos avaliativos une-se a lacuna existente de pesquisas a respeito de metodologias de avaliação: esse estudo mais específico sobre as metodologias utilizadas na avaliação de políticas públicas também é bastante embrionário no país. A pouca valorização da atividade de avaliação de políticas públicas e a escassez de literatura teórica sobre metodologias empregadas e experiências avaliativas já executadas recomendam criteriosa discussão conceitual e metodológica.

De acordo com Costa e Castanhar (2003), a tradição brasileira usualmente organiza o desenho de uma política ou programa público em uma sequência de fatores correspondentes a graus sucessivos de agregação de objetivos: propósito (missão) à objetivo à meta à atividade. Ou seja, pensa-se inicialmente no propósito ou missão da política, definem-se então os objetivos, em seguida as metas e, por fim, as atividades por meio das quais se buscará alcançar o propósito definido no início. Ainda segundo Costa e Castanhar (2003), atividades geram produtos, metas motivam resultados, objetivos originam efeitos e propósitos produzem impactos. Nesse contexto, é importante definir a metodologia ou técnica a ser utilizada na avaliação de políticas públicas. É no processo de avaliação dos produtos, resultados, efeitos e impactos que se poderá averiguar o sucesso da política implementada.

Na análise avaliativa, a metodologia escolhida para a avaliação de uma política deve se adequar às possibilidades de medição que o objeto-alvo da avaliação oferece, e as informações obtidas precisam ser rigorosamente tratadas em sua abrangência e significância. Por isso, além da validade e confiabilidade<sup>1</sup> dos dados, devem ser respeitados os princípios de representatividade quantitativa e/ou qualitativa que virão a embasar a análise, as conclusões, as recomendações e os encaminhamentos dados à política

---

1. Para ter legitimidade, a avaliação deve garantir que certos requisitos metodológicos sejam cumpridos, especialmente os relativos à validade e à confiabilidade. Ver mais em Cohen (1998: 122).

avaliada. Além disso, de acordo com Belloni, Magalhães e Souza (2007), a metodologia adotada em um processo de avaliação de determinada política pública deve oferecer possibilidades, critérios e referências para a observação de experiências significativas e/ou inovadoras – para que, uma vez detectadas, elas sejam então disseminadas.

O objetivo deste artigo é apresentar as principais metodologias de avaliação de políticas públicas utilizadas por instituições públicas e privadas no Brasil. Inicialmente são discutidas estratégias quantitativas, qualitativas e de integração metodológica na avaliação de políticas públicas. Em seguida, são apresentadas técnicas de avaliação que já têm sido utilizadas há algum tempo, bem como aquelas que estão começando a ser empregadas e ganhando espaço entre aqueles que executam avaliações e/ou pesquisam sobre esse assunto. Espera-se que a discussão aqui proposta possa ser mais um instrumento para enfatizar a necessidade e a relevância de que haja escolha de instrumental técnico-metodológico adequado à realidade da política pública em execução. Pretende-se assim contribuir para que melhores avaliações sejam realizadas e, conseqüentemente, melhores resultados sejam alcançados pelas políticas públicas implementadas.

## ***2. Metodologia quantitativa***

Muitas críticas são tecidas a respeito do excesso de quantificação das observações realizadas em pesquisas na área das chamadas ciências humanas. Na tentativa de “abrandar” esta polêmica, Thiollent (1984:48) atenta que “de modo geral, a crítica ao experimentalismo (de tipo laboratorial) no contexto social, psicossocial ou educacional não deve ser considerada como uma proibição de qualquer experimento ou de todos os levantamentos de hipóteses a serem comprovados numericamente”. Segundo o autor, essa crítica ao experimentalismo deve se focar somente no excesso (ou desvio) positivista a partir do qual alguns pesquisadores perdem de vista a especificidade e complexidade social/humana de seu objeto de estudo.

Em geral, as metodologias de avaliação de políticas públicas mais usualmente adotadas concentram-se na aferição do impacto quantitativo, objetivo e imediato das ações desenvolvidas por uma política pública. Esse

tipo de metodologia (quantitativa) é eficaz e relevante quando se pretende conhecer os resultados ou consequências de ações cujos objetivos são claramente quantificáveis (Belloni; Magalhães; Souza, 2007). Sabe-se que as informações quantitativas resultam de procedimentos dirigidos à medição e ao registro numérico de fatos ou fenômenos. Por meio de questionários estruturados ou semiestruturados, pesquisadores coletam dados e/ou opiniões a respeito da política pública a ser avaliada. Essas informações quantitativas são habitualmente tratadas estatisticamente (utilizando-se técnicas e testes estatísticos paramétricos) e apresentadas em termos descritivos de seus dados de frequências, médias, modas, medianas, desvios padrões, percentil, etc.

Técnicas e modelos estatísticos mais sofisticados também são utilizados na avaliação de políticas públicas. Entre essas técnicas e modelos estão a análise estatística multivariada, a regressão linear de mínimos quadrados ordinários, a regressão logística binária ou multinomial, o modelo econométrico de Heckman para a estimação em dois estágios, as equações *mincerianas* etc.<sup>2</sup>

Contudo, a avaliação (quantitativa, objetiva e imediata) de impactos, como já fora mencionado no início desta subseção, configura como a opção mais adotada, em geral e no Brasil, quando se pretende avaliar uma política pública. A análise de impacto avalia os efeitos do programa sobre a população-alvo e tem a intenção de estabelecer uma relação de causalidade entre a aplicação da política e as alterações nas condições sociais (Figueiredo; Figueiredo, 1986). A determinação de impacto exige a aplicação de modelos experimentais ou quase-experimentais, considerando-se dois momentos (antes e depois) de aplicação da política, e requer também o controle de efeitos não atribuíveis ao projeto avaliado. Esses modelos supõem a existência de relações causais entre o recebimento da política e os impactos observados, por isso demandam que efeitos adversos (que não podem necessariamente ser atribuídos à política avaliada) sejam controlados. De acordo com Cohen (1998), o propósito desses modelos é estabelecer os “efeitos líquidos” ou impactos do projeto.

---

2. Ver exemplos de avaliações que utilizam estas técnicas quantitativas em: FAHEL, M. ALEXANDRE, J. N. (org.) Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.

O *modelo experimental clássico* de avaliação de impacto constitui a forma mais vigorosa de identificação de mudanças provocadas por uma intervenção na realidade. Essa vantagem faz com que condições extremamente exigentes sejam necessárias para a sua realização. Esse modelo experimental exige a conformação de dois grupos: o grupo que recebe a política (grupo experimental) e o grupo que não é submetido ao “tratamento”; no caso, a política. Esse segundo grupo é usualmente chamado de grupo controle ou grupo testemunha. O controle dos efeitos não atribuíveis à política fica por conta do estabelecimento de duas populações entre as quais só ao fator examinado é permitida variação. Ou seja, todas as características dos dois grupos são controladas (fixadas) de forma que tais grupos sejam o mais parecidos possível, para que a única variável (diferença) entre eles seja o fato de um ter recebido a política a ser avaliada e o outro não. Esse controle é imprescindível para o sucesso da pesquisa avaliativa, “o controle adequado é o fator essencial do método experimental. A lei da variável única deve ser cumprida (...) a regra mágica consiste em variar unicamente uma circunstância de cada vez, e manter as demais estritamente fixas” (Whitney, 1958:187 apud Cohen, 1998). Destacam-se aqui as dificuldades em se aplicar esse modelo experimental clássico: (1) obter grupos/populações praticamente idênticas, pelo menos nos fatores considerados “pertinentes” ou que contribuem para o efeito que está sendo estudado – fatores esses que advêm de conhecimentos prévios do pesquisador e do estabelecimento de hipóteses; e (2) a necessidade da aleatorização na seleção dos componentes de cada grupo, para se evitarem vieses amostrais. Essa exigência implica que o tamanho das amostras seja sempre substancialmente maior (e, por isso, mais caro) que em outras alternativas.

No *modelo quase-experimental*, uma das dificuldades apontadas na utilização de modelos experimentais clássicos é suplantada: os membros dos grupos com e sem projeto não são selecionados aleatoriamente. Na “família” dos modelos quase-experimentais estão as “séries temporais” e os “grupos de controle não equivalentes ou de comparação”. As “séries temporais” são construídas com base em medições realizadas antes, durante e depois da implementação da política. Dessas “séries temporais”, apresentadas

em gráficos de acompanhamento dos dados medidos ao longo do tempo, pode-se dizer que, “segundo as formas que adotarem as curvas, é possível determinar o impacto do programa e sua magnitude” (Cohen, 1998: 130). Nas séries temporais, duas curvas nos gráficos representarão os dados das medições realizadas na avaliação dos grupos, tratamento e controle; devem-se diminuir do primeiro as medidas do segundo, para se observar a diferença entre as diferenças positivas ou negativas entre tais grupos. De acordo com Cohen (1998), dessa maneira, estar-se-ia procedendo com uma lógica equivalente à do modelo experimental clássico. Já os “grupos de controle não equivalentes ou de comparação” consistem na formação de grupos sem projeto, supondo que seus membros tenham características semelhantes às daqueles que integram o grupo ao qual a política será aplicada. Estes grupos não equivalentes são formados por pessoas que desconhecem o projeto, que não foram selecionadas como população-objetivo e cuja seleção não é aleatória. São efetuadas medições antes e depois da implementação da política. Esse modelo é bastante aplicado quando são avaliados projetos destinados a combater a pobreza, uma vez que, nesses projetos, os critérios de seleção e comparação mais importantes costumam ser o nível econômico-social ou quaisquer dimensões que o constituem (Cohen, 1998).

Finalmente, temos os *modelos não experimentais*. Nesses modelos, a população-objetivo não é comparada com um grupo testemunha. Devem ser então descobertas alternativas para eliminar (ou pelo menos minimizar) da análise os efeitos exteriores não atribuíveis à política avaliada. Entre os modelos não experimentais têm-se os modelos “antes – depois”, “somente depois com grupo de comparação” e “somente depois”.

O modelo “antes – depois” é caracterizado fundamentalmente por trabalhar apenas com a população-objetivo da política, não existindo, então, possibilidade de comparação com um grupo de indivíduos que não a receberam. Essa situação dificulta o controle de efeitos provocados por variáveis exógenas à aplicação da política e restringe o modelo à mera realização de duas medições a serem comparadas: uma medição “antes” que o projeto tenha produzido seu impacto e outra “depois” de etapas intermediárias ou da finalização de sua execução. Uma possibilidade para se evitar que medidas

não imputáveis à política sejam consideradas erroneamente na avaliação é a inclusão de variáveis de controle que possam conter a incidência de variáveis exógenas. Vale ressaltar que essa possibilidade permite somente uma maior aproximação, não rigorosa, dos efeitos de fato atribuíveis à política avaliada.

O modelo “somente depois com grupo de comparação” ocorre quando se decide avaliar os impactos quando o projeto já está em andamento, não sendo possível, portanto, a medição de dados “antes” de sua implementação. Esse modelo contrasta os dados obtidos nas medições realizadas com a população-alvo da política com os de um grupo de comparação que possa operar como grupo controle, ou até mesmo com as metas esperadas e estabelecidas na elaboração da política. Na seção 5.1, será abordada de forma mais detalhada uma técnica quantitativa de avaliação de impacto somente depois com grupo de comparação que vem sendo inserida nos procedimentos avaliativos ocorridos no Brasil nos últimos anos. Essa técnica recebe o nome de Pareamento com Escore de Propensão (*Propensity Score Matching*).

Por fim, tem-se o modelo “somente depois”. Considerando-se somente um grupo, a população-alvo da política, e efetuando-se a medição somente depois da aplicação da política, tem-se que, dos modelos apresentados, esse é considerado o mais fraco. Esse modelo opera da seguinte maneira: uma vez efetuada a medição após a implementação da política, com base na informação que estiver disponível, reconstitui-se a situação que existia antes de se começar tal implementação. Ou seja, a análise do impacto alcançado pela política é realizada por meio da comparação entre os dados obtidos pela medição efetuada após a implementação e os dados advindos da reconstrução da situação inicial. Dada a inexistência de informação efetivamente medida antes da aplicação da política, fica bastante difícil a precisão na determinação dos efeitos e impactos que podem ser atribuídos à política avaliada. Para tentar superar um pouco essa dificuldade, “deve-se identificar variáveis de controle dentro do mesmo grupo experimental que forneçam informações dos impactos atribuíveis ao projeto” (Cohen, 1998: 135).

Cohen (1998: 135) expõe que “o modelo experimental ou o quase-experimental [...] constituem as opções mais adequadas para a avaliação”. Assim, fica claro que, considerando-se as condições de financiamento, de tempo

para a realização e a abrangência da política a ser avaliada, deve-se preferir sempre o modelo mais preciso – mesmo que ele também seja mais rigoroso, exigente e de difícil operacionalização – em detrimento de modelos de mais simples execução, porém fracos e imprecisos em suas aferições.

Em consonância com o que foi dito acima, o Banco Mundial (2004) também expõe que uma avaliação aleatória das concepções de uma política, envolvendo a coleta de informações sobre projetos e grupos de controle em duas ou mais ocasiões, fornece uma análise estatística mais rigorosa dos impactos do projeto e da contribuição de outros fatores. Entretanto, ressalta que “na prática, é quase impossível usar estas concepções por razões de custo, tempo e limitações metodológicas. Assim, a maior parte das avaliações de impacto utiliza concepções menos caras e menos rigorosas” (Banco Mundial, 2004: 23). Para confirmar e ilustrar esse argumento, o Banco Mundial (2004) apresenta quatro casos de avaliação de impactos. O primeiro é um caso de avaliação de impacto com seleção aleatória de um grupo de tratamento e um grupo de controle. O segundo segue um modelo quase-experimental em que é selecionado um grupo controle não equivalente que corresponda ao máximo às características da população-alvo da política. No terceiro, a população-alvo é comparada com um grupo controle não equivalente depois de a política ter sido executada. No quarto, é realizada uma avaliação que combina a análise “somente depois” de entrevistas individuais, grupos focais, informadores-chave, estudos de caso e dados secundários. Ao expor tais casos de avaliação de impactos, explicitando também o custo e o tempo de duração de cada um deles, a intenção do Banco Mundial é demonstrar que “cada modelo sucessivo sacrifica o rigor metodológico, em troca do qual se conseguem reduções significativas no custo e nas exigências de tempo” (2004:23).

### *3. Metodologia qualitativa*

Ao contrário da metodologia quantitativa, a qual se acredita oferecer poucos subsídios para a apreciação de resultados quando as atividades avaliadas têm frutos e consequências difusos, a metodologia qualitativa torna-se mais apropriada quando se almeja oferecer não só informações sobre

o impacto, mas também sobre as consequências mais amplas das ações desenvolvidas. A pesquisa qualitativa busca uma compreensão mais particular daquilo que estuda, não se preocupando com generalizações populacionais; a curiosidade está voltada para o processo, quais são seus estados e mudanças, qual é a maneira pela qual o objeto avaliado opera (Martins; Bógus, 2004). De acordo com Lobo (1998), tratando-se de processos, a avaliação se estrutura de forma que privilegie análises qualitativas. A ideia de processo supõe variações político-institucionais e o aparecimento de variáveis inesperadas ou não antecipadamente imaginadas, num *continuum* de tempo e espaço. O uso de técnicas qualitativas permite maiores chances de adaptação a variações e de identificação de informações relevantes a serem medidas, não previstas anteriormente pelo desenho da pesquisa avaliativa. A pesquisa qualitativa pode ser particularmente útil em situações em que variáveis relevantes e/ou seus efeitos não são aparentes ou quando o número de sujeitos e/ou dados possíveis de serem investigados são insuficientes para uma análise estatística (Martins; Bógus, 2004).

Em contrapartida, uma de suas maiores limitações está na impossibilidade de se interpretarem os seus resultados quantitativamente, com o objetivo de embasar uma decisão (principal objetivo da avaliação de políticas públicas), já que a amostra não é estatisticamente representativa e, portanto, não permite generalizações. No plano qualitativo, uma fonte de distorção a ser controlada são as generalizações algumas vezes estabelecidas a partir de resultados que não permitem inferir as conclusões tecidas (Thiollent, 1984).

As técnicas qualitativas mais utilizadas na avaliação de políticas públicas são as entrevistas em profundidade dos grupos focais (*focus groups*). Ao se adotar uma dessas técnicas, duas preocupações devem ser consideradas: (1) deve-se incluir na pesquisa um número suficiente de grupos ou entrevistas que possibilitem a reincidência das informações (estágio de saturação); e (2) deve-se selecionar um conjunto de informantes/participantes que possibilitem a apreensão de semelhanças e diferenças.

As entrevistas em profundidade possibilitam o acesso a dados de difícil obtenção objetiva (pode meio de questionários quantitativos fechados), tais como sentimentos, pensamentos subjetivos, interpretações e intenções. Em entrevistas estruturadas, a escolha de resposta do entrevistado está restrita à

multiplicidade de respostas apresentadas pelo entrevistador. Assim, enquanto esses instrumentos estruturados de coleta de informações têm suas opções de respostas e possibilidades de resultados seladas no momento em que saem das mãos do pesquisador que os elaborou, a entrevista em profundidade tem a grande vantagem de possibilitar a interação e a influência recíproca entre pesquisador e pesquisado. Isso permite o aparecimento de fatores não previstos, de novas variáveis, correções, esclarecimentos e adaptações (Martins; Bógus, 2004).

Destacando que, no contexto das políticas educacionais, a avaliação é um instrumento permanentemente presente, Thiollent (1984) defende que uma postura crítica em matéria de avaliação exige que os critérios definidos sejam qualitativamente investigados, e, posteriormente, desvendadas as suas implicações. A colocação de que avaliar um aluno ou uma situação educacional não consiste numa simples medida e não é comparável a uma medida “fisiológica”, leva Thiollent (1984) a acentuar o papel de uma reflexão qualitativa quando se trata de pesquisa em avaliação na área educacional. Ainda segundo este autor, a “engenhosidade dos procedimentos quantitativos sempre depende de pressupostos qualitativos” (p. 49).

Os grupos focais, em geral, têm objetivos bastante parecidos com os das entrevistas em profundidade. A diferença dessas duas técnicas está na situação de interação entre os entrevistados que o grupo focal provoca. Essa interação grupal permite a possibilidade de emergência de dados e percepções que, talvez, não seriam acessíveis por meio de entrevistas em profundidade individuais ou questionários estruturados – que são situações de investigação mais “formais”, onde pode haver um maior constrangimento por parte do entrevistado. Além disso, grupos focais permitem que debates entre os indivíduos-alvo da pesquisa sejam observados, o que pode possibilitar alguma indicação sobre a dinâmica de argumentação do grupo em estudo e a percepção do quão flexíveis são suas atitudes, opiniões e crenças.

No campo específico das políticas públicas, “as informações obtidas em grupos focais são usualmente utilizadas em um programa de intervenção ou para redirecionarem as atividades de uma política ou de um programa que já esteja acontecendo” (Martins; Bógus, 2004: 51). Westphal, Bógus e Faria (1996) apresentam a utilização dessa técnica em experiências brasileiras na

área da saúde pública, mostrando sua eficiência na identificação e análise profunda de problemas. De acordo com esses autores, o uso de grupos focais permite a obtenção de dados a partir de discussões onde os participantes têm a possibilidade de expressar suas percepções, crenças, valores, atitudes e representações sociais sobre o assunto em questão, em um ambiente permissivo e não constrangedor.

Para finalizar, vale aqui também destacar que, além das preocupações em se considerar um número suficiente de entrevistas em profundidade ou grupos focais que levem à exaustão (saturação) das informações e em se selecionar um conjunto de informantes/participantes que possibilitem a apreensão de semelhanças e diferenças, outro aspecto que estorva a adoção de pesquisas que utilizem técnicas qualitativas reside na dificuldade de operacionalização dos dados. É muito mais prático, fácil e rápido operacionalizar dados advindos de questionários estruturados, nos quais as opções de respostas são pré- ou pós-codificadas, geralmente por meio de números. Relatórios elaborados a partir de dados qualitativos são sempre mais trabalhosos, pois, para o registro dos dados, é recomendada a gravação da entrevista ou grupo focal, o que exige a exaustiva tarefa de transcrição de áudio. De acordo com Martins e Bógus (2004), essa operação (transcrição de áudio) é bastante trabalhosa, consumindo muitas horas e produzindo um resultado inicial no qual as informações aparecem ainda indiferenciadas, sendo difíceis a sua sintetização e a distinção das menos importantes daquelas realmente centrais. Posteriormente, ainda é necessária uma comparação desse material com a gravação, bem como o auxílio da memória do entrevistador, para serem estabelecidas as prioridades e as informações que serão de fato incluídas na análise qualitativa.

#### ***4. Integração de metodologias quantitativas e qualitativas***

No estudo da metodologia das ciências sociais, podemos distinguir uma pluralidade de enfoques que dão privilégio aos aspectos qualitativos ou aos quantitativos (Thiollent, 1984). Contudo, buscando fugir das dificuldades, limitações e restrições resultantes de ser ou uma pesquisa qualitativa ou uma pesquisa quantitativa, muitos trabalhos, na avaliação de políticas públicas e

em outras áreas do conhecimento, têm sido feitos de forma a integrar técnicas quantitativas e qualitativas. Acredita-se que pesquisas delimitadas para serem somente quantitativas ou qualitativas poderiam ser articuladas numa visão mais abrangente, caso houvesse uma combinação dos aspectos qualitativos e quantitativos de tais pesquisas. A utilização de ambas as metodologias em uma mesma pesquisa pode ser também uma estratégia para que os entraves enfrentados por uma delas sejam superados pelas possibilidades que a outra oferece. De acordo com Wolff, Knodel e Sittitrai (1993), por exemplo, um *focus group* pode ser utilizado como suplemento a um método quantitativo de três formas distintas: agindo como um instrumento de “ilustração e confirmação”, de “esclarecimento e elaboração” ou de “determinação de novas categorias explicativas”.

Um exemplo de integração de metodologia qualitativa e quantitativa pode ser observado na avaliação da Política Nacional de Educação Profissional (PNEP). Belloni, Magalhães e Souza (2007) expõem que, no processo de avaliação da PNEP, foram analisadas fontes de dados como entrevistas, formulários e questionários, documentos, currículos e programas dos cursos, o que demandou que técnicas quantitativas e qualitativas fossem empregadas. De acordo com Belloni, Magalhães e Souza (2007), o sucesso de um processo de avaliação deriva da habilidade – fundamental, por parte dos pesquisadores-avaliadores – de trabalhar de forma interativa com informações qualitativas e quantitativas de que se dispõe. Para esses mesmos autores, dados quantitativos, resultantes de levantamentos estatísticos ou de produtos de trabalhos, usados de forma integrada e complementar aos variados ângulos das informações qualitativas, podem possibilitar análises e avaliações mais consistentes e significativas, social e politicamente (Belloni; Magalhães; Souza, 2007).

Thiollent (1984) destaca que a desarmonia, em alguns casos, ainda vigente, entre as “correntes” qualitativa e a quantitativa – discussão também algumas vezes chamada de qualidade *versus* quantidade – corresponde muitas vezes a um problema mal colocado que, no fundo, está ligado às características e preferências de pesquisadores e à rivalidade entre centros de pesquisa. Segundo esse autor, a ênfase dada ou àquilo que é quantitativo ou àquilo que é qualitativo também remete à questão da divergência entre

pressupostos filosóficos: os do positivismo *versus* os da fenomenologia ou de correntes por ela influenciadas. Dito isso, Thiollent (1984) escreve então que sua tese se resume no seguinte:

*“De um lado, não se justifica a pretensão estritamente quantitativa da metodologia positivista e, por outro lado, a metodologia de pesquisa não se limita ao qualitativo. (...) do ponto de vista do ideal geral da ciência, pensamos que uma articulação dos dois tipos de aspectos é mais satisfatória” (Thiollent, 1984:50).*

### **5. Proliferação da avaliação de políticas públicas no Brasil**

Avaliar políticas públicas tornou-se um desafio tanto para centros de pesquisa quanto para organizações dos governos. Para os pesquisadores, as demandas por se rastrear e inovar em conceitos e metodologias avaliativas pautam-se na rejeição crescente aos modelos tradicionais, que não conseguem apreender, na sua totalidade, os fluxos e nexos entre a tomada de decisão, a implementação, execução, resultados e impactos produzidos pelas políticas públicas. Os governos têm sido pressionados pela comunidade nacional e internacional, pela população e pelos usuários dos serviços públicos a apresentar maior eficiência no gasto público e maior eficácia e efetividade dos serviços/programas ofertados. Sociedade e cidadãos, de modo geral, estão reivindicando uma relação de transparência e participação nas decisões em torno de alternativas políticas e programáticas (Carvalho, 1998).

Assumir somente propostas de avaliação que visam comprovar o grau em que os objetivos previamente estabelecidos foram alcançados significa assumir uma concepção na qual a avaliação cumpriria a função única de comparar metas e resultados obtidos (SAUL, 1998). Sendo assim, na busca pelo aprimoramento da atividade avaliativa de políticas públicas, novas alternativas e novos instrumentos estão sendo traçados no Brasil.

As “ferramentas” (uma técnica, um indicador e uma estratégia para avaliação de políticas públicas) que serão apresentadas nesta seção já são empregadas e se encontram em um estágio de utilização mais avançado em outros países da Europa e nos Estados Unidos. Embora o Brasil só tenha

começado a empregar essas “ferramentas” recentemente, mesmo que elas ainda sejam “novidade” por aqui, espera-se que o país tenha um horizonte promissor pela frente.

### **5.1. *Propensity Score Matching* (pareamento com escore de propensão): uma técnica**

Em 1983, Rosenbaum e Rubin – das Universidades de Wisconsin e Illinois (USA), respectivamente – publicaram o primeiro *paper* a propor a utilização da técnica de avaliação com *Propensity Score Matching*. Mesmo tendo tido seu início de elaboração na década de 1980, apenas recentemente essa técnica tem ganhado espaço, confiabilidade e adeptos no Brasil. De acordo com Rosenbaum e Rubin (1983), o escore de propensão é a probabilidade de êxito condicional de se atribuir um tratamento a um dado vetor “edificado” a partir de determinadas covariáveis. Ainda segundo esses autores, “a teoria existente por trás do desenvolvimento desta técnica mostra que o ajuste do escore de propensão é suficiente para remover o viés devido a todas as covariáveis incluídas no modelo” (tradução livre<sup>3</sup>).

O pareamento com escore de propensão é uma técnica quantitativa, inicialmente utilizada pelas ciências naturais, que permite a estimação – por meio de características semelhantes – da probabilidade de um indivíduo receber determinado tratamento, para que esse indivíduo, mediante um escore de propensão, seja analisado de forma pareada a outro indivíduo que de fato recebeu tal tratamento. No âmbito da avaliação de políticas públicas, o raciocínio segue a mesma lógica: o cálculo do escore de propensão visa à estimação – recorrendo a variáveis socioeconômicas ou outras variáveis “controle” – da probabilidade de um indivíduo receber uma política pública, para que esse indivíduo seja comparado (seja o “par”) a um indivíduo que realmente recebeu a política. Dessa forma, os efeitos do recebimento da política podem ser estimados, medindo-se as diferenças entre aquele que recebeu e aquele que não recebeu tal política. Essa técnica é utilizada quando não há um grupo controle selecionado aleatoriamente para ser usado

---

3. “[...] theory shows that adjustment for the scalar propensity score is sufficient to remove bias due to all observed covariates” (Rosenbaum e Rubim, 1983: 2).

como grupo de comparação ao grupo que recebe o tratamento (recebe a política). Nesse caso, o grupo controle é então construído a partir de indivíduos para os quais é atribuído um escore de propensão, e as informações desse grupo são pareadas e contrastadas com as do grupo tratamento.

Duflo, Glennerster e Kremer (2007) expõem que, em estudo realizado por Diaz e Handa (2006), resultados obtidos por meio de comparações de estimações experimentais com estimações realizadas com o uso de *propensity score matching* sugerem que estas últimas funcionam melhor quando um grande número de “variáveis controle” é inserido no modelo (tradução livre<sup>4</sup>). Acredita-se que a inserção no modelo de maior quantidade de variáveis contextuais – que, obviamente, tenham relação com o objeto (política) de estudo – possa neutralizar os efeitos não atribuíveis à política.

Em suma, pode-se dizer que a utilização da técnica *propensity score matching* é uma boa saída para a estimação dos impactos de uma política pública, quando não é possível obter os dados da população-alvo antes da aplicação da política, ou quando a seleção do grupo controle e/ou dos beneficiários não foi realizada aleatoriamente. Recomenda-se também a seleção de um farto número de “variáveis controle” a ser inserido no modelo, respeitando-se, é claro, a existência de relação entre tais variáveis e a política a ser avaliada.

## 5.2. Sustentabilidade: um indicador

Uma gestão programática inclui a capacidade para elaborar estratégias de intervenção, estabelecer objetivos e metas, e esforçar-se para garantir a coerência e a sustentabilidade das intervenções<sup>5</sup>. De acordo com Trevisan e Van Bellen (2008), o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) assinala que

---

4. “Diaz and Handa (2006) compare experimental estimates to propensity score matching estimates [...]. Their results suggest that propensity score matching does well when a large number of control variables is available” (DUFLO; GLENNERSTER; KREMER, 2007: 14).

5. Afirmção extraída do texto “Programa federal, execução local: o caso do Bolsa-Família”, apresentado na 1ª Mostra Nacional de Estudos sobre o Programa Bolsa Família (autor desconhecido). Disponível no site da PNUD (<http://www.undp-povertycentre.org/publications/mds/27M.pdf>).

o propósito da avaliação é determinar a pertinência e o alcance dos objetivos, e a eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade do desenvolvimento. Costa e Castanhar (2003) também destacam que, segundo a UNICEF, a avaliação de uma política pública, finalizada ou em curso, significa o exame sistemático de seu desempenho, implementação e resultados, para a determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos. A UNICEF define sustentabilidade como um indicador que “mede a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social, após o seu término” (Costa; Castanhar, 2003: 973).

O termo sustentabilidade tem aparecido como um indicador utilizado em avaliações de políticas públicas em estudos mais recentes. A inclusão desse indicador na pauta dessas avaliações pode estar ligada à detecção de que apenas resultados imediatos estavam sendo observados em alguns casos de aplicação de políticas públicas. Dessa forma, ficou então evidente a necessidade de um indicador que buscasse a avaliação e monitoramento da continuidade no longo prazo dos impactos trazidos por uma política. De acordo com Ala-Harja e Helgason (2000), a avaliação pode contribuir para o aumento da responsabilidade das políticas públicas e para fortalecer a sua legitimidade – e, conseqüentemente, o apoio público –, quando garantem a sustentabilidade dos resultados.

Em consonância com o argumento de Ala-Harja e Helgason (2000), Van Parijs (1994, *apud* Cunha; Pinto, 2008:03) afirma que “de nada serviria, por exemplo, escolher um nível e um tipo de taxaço que tornasse possível uma renda básica generosa no período corrente, se até mesmo a renda média viesse a cair no período seguinte”.

Vale aqui ressaltar que o conceito de sustentabilidade aqui apresentado não é o mesmo que diz respeito à questão da sustentabilidade ambiental, do desenvolvimento ambiental sustentável. No âmbito das políticas públicas, avaliá-las em termos de sua sustentabilidade quer dizer avaliar, como já foi dito, a capacidade da política de dar continuidade e manutenção aos benefícios, efeitos e resultados trazidos para a sua população-alvo. Muitas discussões teóricas e práticas também podem ser encontradas a respeito de indicadores de sustentabilidade ambiental, indicadores estes que medem e revisam os dados, as diferentes iniciativas e os aspectos relacionados à avaliação de um

desenvolvimento ambiental sustentável (Van Bellen, 2005; Polaz; Teixeira, 2008;). Entretanto, não é esta a conotação que o conceito de sustentabilidade desenvolvido neste trabalho recebe. Aqui, a preocupação se concentra em defender que uma política precisa pensar e avaliar elementos que garantam a sustentabilidade, no sentido de continuidade, de seus resultados.

### 5.3. Avaliação participativa: uma estratégia

Entre as diversas estratégias de avaliações comumente utilizadas, existe um grande ausente: a população-alvo da política. Para preencher essa lacuna, vem sendo desenvolvida a chamada avaliação participativa (Cohen, 1998). A avaliação participativa torna-se um procedimento rico, dado que sua realização é partilhada com os agentes e beneficiários envolvidos na política, “permitindo para além da avaliação uma apropriação reflexiva e socializada entre os diversos sujeitos da ação em movimento” (Carvalho, 1998: 89).

O objetivo desse tipo de avaliação é minimizar a distância existente entre as posições de avaliador e beneficiário de uma política pública. Avaliações participativas são realizadas em políticas que buscam criar condições para que seja gerada uma resposta endógena do grupo. Assim, temos que “a avaliação participativa é um componente de uma estratégia diferente de projetos, fazendo com que sua adequada implementação dependa em grande parte da população afetada por ele” (Cohen, 1998:114). De acordo com Rios (1998), o que se quer com um processo de avaliação participativa é que os sujeitos possam, de verdade, *fazer parte* do processo. Para essa autora “a sociedade é feita pelos sujeitos que a compõem, que dela fazem parte”, e fazer parte é diferente de ser parte. Entende-se que ‘fazer parte’ é atuar, é contribuir para com o planejamento, programação, execução, operação e avaliação de uma política pública.

Já se sabe que a avaliação participativa tem como eixo metodológico fundador a incorporação dos variados grupos de sujeitos envolvidos – formuladores, decisores, gestores, implementadores e beneficiários – no próprio processo avaliativo de uma dada política pública. De acordo com Carvalho (1998), envolver esses sujeitos no processo avaliativo tem sido considerado de extrema importância para apreender os múltiplos fatores,

processos e resultados da ação pública. Para essa autora, é o coletivo de sujeitos envolvidos em uma política que pode evidenciar a diversidade de valores, opiniões e percepções a respeito da política sob avaliação; nesse caso, “a avaliação se compromete a dar vez e voz ao pluralismo social que estes interlocutores expressam” (idem; p. 90). Carvalho (1998) também destaca o fato de que a participação de variados sujeitos, além de garantir à avaliação maior confiabilidade, retira o avaliador da posição solitária de único agente valorativo – na avaliação participativa o valor (a avaliação) atribuído é construção de um coletivo.

Segundo Silva, Vale e Albuquerque (2011), a participação social é parte integrante de todos os aspectos e momentos da implantação de um determinado programa – podendo atuar então em estudos sobre o antes, o durante e o depois de sua execução. Acredita-se que programas e projetos que incluam estratégias de participação social levam a melhores resultados e ao exercício de uma prática cidadã.

Avaliar, muito além de apenas mensurar objetivos atingidos, é medir a capacidade do programa de dar respostas às demandas dos grupos beneficiários. Por essa razão, a participação desses beneficiários se torna indispensável; afinal de contas, quem melhor do que eles mesmos para relatarem quão satisfeitas e atendidas foram suas demandas? Entretanto, deve-se ressaltar que, para que essa medição seja de fato rica e produtiva, “é necessário que sejam disponibilizadas informações, análises e outros interlocutores que ampliem o debate reflexivo dos envolvidos no processo avaliativo” (Carvalho, 1998:91).

Um grande trunfo da avaliação participativa é a possibilidade de desencadeamento de um processo de aprendizagem social que esse tipo de avaliação oferece. A avaliação conduzida de forma participativa socializa e acrescenta novas informações e conhecimentos que se encontram segmentados entre equipes de trabalho e beneficiários.

*As informações e conhecimentos postos em comum permitem a apreensão do programa na sua totalidade, a apropriação do saber-fazer social [...] resultando, portanto, na democratização do conhecimento e na transparência da ação pública objeto de avaliação (Carvalho, 1998: 92).*

Deve-se também realçar que a avaliação participativa assim concebida, além de competências específicas de uma investigação avaliativa, requer dos pesquisadores o uso de habilidades de mediação e capacidade harmônica e empática de se envolver com os outros indivíduos envolvidos no programa.

De acordo com o Banco Mundial (2004), “métodos participativos de avaliação têm a finalidade de conhecer as condições locais e as perspectivas e prioridades das populações locais, com vistas a conceber intervenções mais satisfatórias e sustentáveis”, bem como fornecer conhecimento e qualificações que venham para atribuir poder à população-alvo. O Banco Mundial (2004) acredita que as grandes vantagens de métodos participativos são: (1) a possibilidade de se examinar questões relevantes mediante a participação dos atores principais no processo de concepção; (2) o estabelecimento de parcerias e o controle local dos projetos; (3) o aumento do conhecimento, da capacidade de gestão e das qualificações locais; e (4) o fornecimento de informação pontual e direcionada para a tomada de decisões da gestão.

Para a aplicação de métodos participativos, o Banco Mundial (2004: 17) apresenta os instrumentos de participação comumente utilizados. São eles: análise das partes interessadas, avaliação rural de caráter participativo, avaliação dos beneficiários e monitorização e avaliação de caráter participativo.

Como ponto de partida para a maioria dos exercícios participativos de avaliação, utiliza-se o instrumento da análise das partes interessadas. Esse instrumento é utilizado para desenvolver um entendimento das relações de poder, influência e interesses das variadas pessoas envolvidas na atividade a ser avaliada. É utilizado também para determinar “quem” e “quando” deve participar dos processos de avaliação.

A avaliação rural de caráter participativo é um instrumento de planejamento que se centra no compartilhamento de conhecimentos entre as populações rurais, urbanas (quando ambas as populações forem contempladas pela política pública a ser avaliada) e estranhas à comunidade. Esse instrumento permite aos gestores e à população local avaliar e planejar de forma colaborativa as intervenções apropriadas, recorrendo, sempre que necessário, a técnicas visuais, para que as pessoas analfabetas possam também participar.

A avaliação dos beneficiários consiste em uma consulta sistemática aos beneficiários do projeto e a outros interessados. A finalidade desse instrumento de participação é identificar e conceber iniciativas de desenvolvimento e apontar possíveis entraves à participação, bem como fornecer *feedback* para melhorar os serviços e atividades praticados pela política.

Por fim, tem-se o instrumento da monitorização e avaliação de caráter participativo. Esse instrumento procura envolver indivíduos de diferentes níveis, que, trabalhando em conjunto, buscarão identificar problemas, recolher e analisar informações e produzir recomendações.

## ***6. Considerações finais***

A avaliação de políticas públicas é uma atividade que permite apontar um juízo, atribuir um valor e conferir valor. No caso da avaliação de políticas públicas, isso significa manifestar-se em relação às ações do poder público. Avaliar algo implica em reportar-se a um olhar que distingue, que rompe com a indiferença, que estabelece pontos de referência para a apreciação e a comparação (Rios, 1998). É a atribuição de valor, junto com o estudo dos efeitos de uma política, compreendendo a comparação com outras políticas e a análise de metas previamente estabelecidas, que possibilita a averiguação e distinção de melhores formas para sua implementação e gestão. Além disso, a partir do momento que se estabelece a importância da avaliação de políticas públicas, há também uma maior preocupação com a realização de uma correta alocação de recursos (eficiência), com o cumprimento de metas (eficácia), com a melhoria das condições de vida da população-alvo (efetividade social) e com o prolongamento no longo prazo dos resultados positivos (sustentabilidade). Partindo dessa constatação – entendendo-se que a avaliação de políticas públicas é uma atividade de suma relevância e de alta responsabilidade social –, é preciso também defender a importância de se utilizar técnicas metodológicas adequadas para a realização da tarefa avaliativa de políticas públicas. A avaliação realizada a partir de uma técnica metodológica adequada visa à investigação, de forma mais apurada, de eventuais falhas em termos de sujeitos envolvidos, recursos disponibilizados, instrumentos utilizados, metas estabelecidas, entre outros. A identificação

de possíveis falhas possibilita a reorientação de ações e o apontamento de estratégias que obtiveram sucesso (neste caso, que não apresentaram falhas) em sua implementação.

Este trabalho procurou chamar a atenção para a necessidade de que haja preocupação quanto às metodologias de avaliação utilizadas. De nada adianta o esforço em defender a importância da avaliação de políticas públicas, se a mesma acuidade não for dada à metodologia a ser empregada na avaliação. A escolha da metodologia mais adequada e a exigência de rigor metodológico na aplicação da avaliação são iniciativas fundamentais quando se pretende desenvolver uma avaliação de qualidade. A importância de utilizar técnicas apropriadas de avaliação foi evidenciada neste trabalho com a apresentação e discussão de estudos que debatem diferentes estratégias de análise de políticas. Foram apresentados ainda recursos metodológicos que estão começando a ganhar espaço entre estudiosos e pesquisadores brasileiros que pesquisam e/ou avaliam políticas públicas.

Em consonância com outros estudos a respeito de avaliação de políticas públicas realizados anteriormente (Silva; Costa, 2002; Belloni, Magalhães, Sousa, 2007; Trevisan, Van Bellen, 2008), este trabalho concorda que, embora tenha havido progresso no fortalecimento da avaliação de políticas públicas e na preocupação com metodologias apropriadas para essa atividade, um longo caminho de “expansão de adeptos” e de aperfeiçoamento metodológico, para esses “novos adeptos” e para aqueles que já aderiram à prática avaliativa, ainda precisa ser percorrido.

Entretanto, além de corroborar o argumento de que ainda existe uma extensa caminhada a ser feita em busca do fortalecimento e aprimoramento da função avaliação de políticas públicas, nesta seção conclusiva, este trabalho recomenda uma nova linha de pesquisa a ser desenvolvida: sugere-se que maior relevância também seja dada à necessidade de disseminação e compartilhamento das informações obtidas em um processo avaliativo. Embora essa questão da importância da disseminação e compartilhamento já tenha sido citada em alguns estudos (Silva; Costa, 2002; Lobo, 1998), em nenhum deles foi explorada ou indicada como uma linha de pesquisa a ser desenvolvida. Considera-se que a estruturação de sistemas de informação e a criação de redes regionais, nacionais ou internacionais, que consolidem

e disseminem os dados coletados, a metodologia executada e o aprendizado da experiência vivenciada pelos gestores públicos para a população, são fatores fundamentais para proliferar e garantir que a avaliação de uma política pública possa servir como instrumento de conhecimento, democratização, controle e transparência da ação pública. Estratégias de acompanhamento e de avaliação de políticas se enriquecem e se tornam mais condizentes com seus objetivos, ao se dispor de sistemas de informação bem estruturados, os quais devem ser utilizados desde o início do programa. Acredita-se que o atraso ou a inexistência de um monitoramento implementado desde o início do programa pode levar a perdas irrecuperáveis na qualidade da avaliação. Além disso, a falta de monitoramento pode impossibilitar correções de rumo durante a implementação do programa (LOBO, 1998).

Contudo, reconhece-se que para que seja “defendida” a importância de uma implantação oportuna de sistemas de monitoramento, é necessário antes de tudo que haja fortalecimento, reconhecimento e conquista de espaço pela função avaliação de políticas públicas. Se primeiro não houver a valorização da atividade avaliativa e a preocupação com as metodologias empregadas nesta atividade, de nada adiantará o desenvolvimento de estratégias de disseminação e compartilhamento das informações obtidas.

### *Referências bibliográficas*

- ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. *Em direção às melhores práticas de avaliação*. Revista do Serviço Público, n. 4, out./dez 2000.
- BANCO MUNDIAL. *Monitoramento e Avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens*. Washington. 2004.
- BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUSA, Luzia. *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional*. São Paulo: Cortez, 2007.
- CARVALHO, Maria do Carmo. *Avaliação Participativa – uma escolha metodológica*. In: RICO, E. M. (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de Projetos Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1998.

- COSTA, Frederico; CASTANHAR, José Cezar. *Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos*. *Revista de Administração Pública*, v. 37, n. 5, set./out. 2003.
- CUNHA, R. E.; PINTO, B. H. *O Programa Bolsa Família como estratégia para redução da pobreza e os processos de cooperação e coordenação intergovernamental para sua implementação*. Trabalho apresentado no XIII Congresso Internacional do Centro Latinoamericano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública. Buenos Aires, Argentina, nov. 2008.
- DUFLO, Esther.; GLENNERSTER, Rachel; KREMER, Michael. *Using Randomization in Development Economics Research: a Toolkit*. *Centre for Economic Policy Research Discussion Papers*, n. 6059, 2006.
- FAHEL, Murilo. NEVES, Jorge Alexandre. (Orgs.), *Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria. *Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teoria. Análise e Conjuntura*, set/dez, 1986.
- LOBO, Thereza. *Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão*. In: RICO, E. M. (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARTINS, Maria Cezira; BÓGUS, Cláudia Maria. *Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde*. *Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 3, set/dez 2004.
- POLAZ, Carla Natacha; TEIXEIRA, Bernardo. *Indicadores de Sustentabilidade como Ferramenta para a Gestão Municipal de Resíduos Sólidos*. – Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília (DF). Junho 2008.
- RIOS, T. *Avaliar: ver mais claro pra ir mais longe*. In: RICO, E. M. (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998.
- ROSENBAUM, Paul; RUBIN, Donald. *The Central Role of the Propensity Score in Observational Studies for Causal Effects*. *Biometrika*, v. 70. 1983.

- SAUL, Antônio. Avaliação participante – uma abordagem crítico-transformadora. In: RICO, E. M. (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998.
- SILVA, Linaldo; COSTA, N. R. *A Avaliação de programas públicos: reflexões sobre a experiência brasileira: relatório técnico*. Brasília: IPEA, 2002.
- SILVA, L.; VALE, Maria Páscoa; ALBUQUERQUE, Terezinha. *Avaliação Participativa nas Políticas Públicas*. *Revista Cultural Científica Carpe Diem*. v. 9, n. 9. 2011.
- THIOLLENT, Jean-Marie. *Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução*. *Caderno de Pesquisas UFRJ*, maio 1984.
- TREVISAN, Andrei; VAN BELLEN, Hans Michael. *Avaliação de Políticas Públicas: uma revisão teórica de um campo em construção*. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, maio/junho 2008.
- VAN BELLEN, Hans Michael. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: FGV. 2005.
- WESTPHAL, Márcia; BÓGUS, Cláudia Maria; FARIA, Mara. *Grupos focais: experiência precursoras em programas educativos em saúde no Brasil*. *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana*, v. 120, n. 6. 1996.
- WOLFF, Brent; KNODEL, John; SITITRAI, Werasit. *Focus Groups and Surveys as Complementary Research Methods: a Case Example*. In: MORGAN, D. (editor) *Successful focus groups: advancing the state of art*. California: A Sage Focus Edition. 1993.

## *Sobre os organizadores e autores*

*Ernesto Friedrich de Lima Amaral* (eflamaral@gmail.com)

Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) de 2009 a 2014. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG) (1999), mestrado em Demografia pela UFMG (2002), doutorado em Sociologia pela University of Texas at Austin (2007) e pós-doutorado em Demografia pela UFMG (2008). Trabalhou na Fundação João Pinheiro do Governo de Minas Gerais na avaliação de políticas públicas (2008-2009). Seus interesses de pesquisa incluem demografia social, sociologia econômica, avaliação de políticas públicas e metodologia quantitativa.

*Guilherme Quaresma Gonçalves* (gui.quaresma89@gmail.com)

Mestrando em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais (CPEQS) desde 2013. Possui graduação em Gestão Pública (2012) pela UFMG. Trabalhou no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates Consultoria (2012). Seus interesses de pesquisa incluem avaliação de políticas públicas, demografia social e cultura política.

*Samantha Haussmann Rodarte Faustino* (samantha.haussmann@hotmail.com)

Graduada em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (janeiro/2014). Bolsista de Apoio Técnico à Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Trabalhou com avaliação e monitoramento de políticas públicas no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates Consultoria (2013). Foi assistente administrativo da Prefeitura de Belo Horizonte (2011-2013). Seus interesses incluem demografia social, educação, avaliação e monitoramento de políticas públicas, políticas de transferência condicionada de renda, em especial o Programa Bolsa Família.

*Alan Vítor Coelho Neves* (alanvcn@yahoo.com.br)

Mestrando em Demografia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais pela UFMG (2011). Trabalhou como professor de Sociologia no Ensino Médio na rede pública estadual de Minas Gerais (2012) e como sociólogo na Gerência de Coordenação Municipal de Programas de Transferência de Renda da Secretaria Municipal de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte em avaliação de políticas públicas (2012-2013). Seus interesses de pesquisa incluem demografia, educação, estudos sobre inclusão social e avaliação de políticas públicas.

*André Braz Golgher* (agolgher@cedeplar.ufmg.br)

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Física pela UFMG, especialização em Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestrado em Química Orgânica pela UFMG, doutorado em Demografia pela UFMG e pós-doutorado em Economia/Econometria Espacial pela West Virginia University e University of North Carolina at Chapel Hill. Seus interesses de pesquisa incluem econometria espacial, pobreza multidimensional, economia da educação, economia da felicidade e métodos quantitativos em economia.

*Bárbara Avelar Gontijo* (barbaraavgo@gmail.com)

Mestranda em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais pela UFMG (2011). Seus interesses de pesquisa incluem demografia formal, demografia social e avaliação de políticas públicas.

*Dandara Bispo Pimenta* (dandarapimenta@hotmail.com)

Assistente em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde 2013. Possui graduação em Gestão Pública pela UFMG (2013). Trabalhou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Censo Demográfico de 2010 como Supervisora de Agente Censitário. Fez estágio

no Centro de Apoio à Educação a Distância (2011-2013). Seus interesses de pesquisa incluem o programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em seus aspectos avaliativos e evolutivos.

*Daniete Fernandes Rocha* (daniel@terra.com.br)

Professora da Faculdade de Estudos Administrativos (FEAD) em Belo Horizonte. Possui graduação em Ciências Econômicas (1982), mestrado em Sociologia (1995) e doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política (2010) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi membro do Laboratório de Pesquisa em Sociologia do Trabalho do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG. É membro de grupo de pesquisa na área de Segurança Alimentar e Nutricional (UENF). Seus interesses de pesquisa incluem: sociologia e economia, com ênfase em mercado de trabalho rural, estratificação/desigualdade social, políticas públicas, gestão/gestão pública.

*Fábio César Araújo Costa* (fabiogp31@gmail.com)

Assistente Administrativo na Prefeitura de Belo Horizonte. Graduando em Gestão Pública na Universidade Federal de Minas Gerais desde 2010. Trabalhou no Programa Escola Aberta da Prefeitura de Belo Horizonte (2009-2010), no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Vila Coqueiral (2010), na Gerência Regional de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte (2011). Seus interesses de pesquisa incluem políticas públicas nas áreas da educação, assistência social e de transferência de renda.

*Fabricia de Almeida Costa* (fabriciaacosta@gmail.com)

Supervisora Técnica na Empresa Pólis Pesquisa Ltda. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2012). Seus interesses de pesquisas incluem políticas públicas, metodologias quantitativa e qualitativa aplicadas às ciências sociais e sociologia da educação.

*Florence Fiuza de Carvalho* (florencefiuza@gmail.com)

Empreendedora pública do Governo do Estado de Minas Gerais. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2006) e mestrado em Sociologia pela UFMG (2011). Seus interes-

ses de pesquisa incluem sociologia, com ênfase em desigualdades sociais, estratificação social e mercado de trabalho.

*Gabriel Ávila Casalecchi* (gacasalecchi@yahoo.com.br)

Doutorando em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) (2010) e mestrado em Ciência Política pela UFMG. Seus interesses de pesquisa incluem comportamento político, cultura política, socialização política e confiança nas instituições.

*Guilherme Andrade Silveira* (guilherme1313@gmail.com)

Graduando em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e estagiário no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates Consultoria. Seus interesses de pesquisa incluem pós-colonialismo, democracia, multiculturalismo, heteronormatividade e diversidade sexual.

*Iara Lima Vianna* (iaravianna18@hotmail.com)

Mestranda em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais e Formação Complementar em Estatística pela UFMG (2010) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) (2012). Trabalhou como Analista de Pesquisa no Instituto Vetor Pesquisas em Cuiabá (2010- 2012). Seus interesses de pesquisa incluem metodologia de pesquisa, políticas públicas, democracia digital e governo eletrônico.

*Isabella Rafael Horta Londe* (bellarhlonde@gmail.com)

Graduanda em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desde 2011, é estagiária da equipe da Auditoria Setorial da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. Seus interesses de pesquisa incluem teorias democráticas e desenvolvimento econômico, avaliação de políticas públicas e gestão de tecnologias da informação no setor público.

*Jorge Alexandre Barbosa Neves* (jorgeaneves@gmail.com)

Professor Associado do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais (1988) e mestrado em Sociologia (1991) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutorado em Sociologia pela University of Wisconsin-Madison (1997). Realizou pós-doutorado no Instituto de Pesquisas Sociais (INPSO) da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) (1997). Seus interesses de pesquisa incluem sociologia, economia, análise organizacional, gestão pública, estudos populacionais e métodos quantitativos, com ênfase em mercado de trabalho, desigualdades sociais, processos organizacionais e políticas públicas.

*Magna Maria Inácio* (magna.inacio@gmail.com)

Professora Associada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) (1990), especialização em Ciência Política, Análise Política, Teoria e Método pela UFMG (1994), doutorado em Ciência Política pela UFMG (2006) e pós-doutorado pela University of Oxford (2012). Seus interesses de pesquisa incluem democracia, poder legislativo, relação executivo-legislativo, governos de coalizão e presidência, com foco no Brasil e em perspectiva comparada.

*Mario Fuks* (mariofuks@uol.com.br)

Professor Associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1983), mestrado em Política de Ciência e Tecnologia pela UFRJ (1990) e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (1997). Seus interesses de pesquisa incluem ciência política, com ênfase em estudos do poder local, conselhos, meio ambiente, participação política, cultura política e legislativo.

*Natália Almeida Fares Menhem* (natalia.sukita@gmail.com)

Proprietária da empresa Sustenta Projetos Socioeconômicos desde 2012, organizadora do TEDx BeloHorizonte e embaixadora do TEDx no Brasil.

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalhou na Limiar Engenharia Ambiental. Seus interesses de pesquisa incluem mobilização e inovação social, principalmente por meio de empreendedorismo de impacto.

*Pedro Cisalpino Pinheiro* (pedrocisalpino@gmail.com)

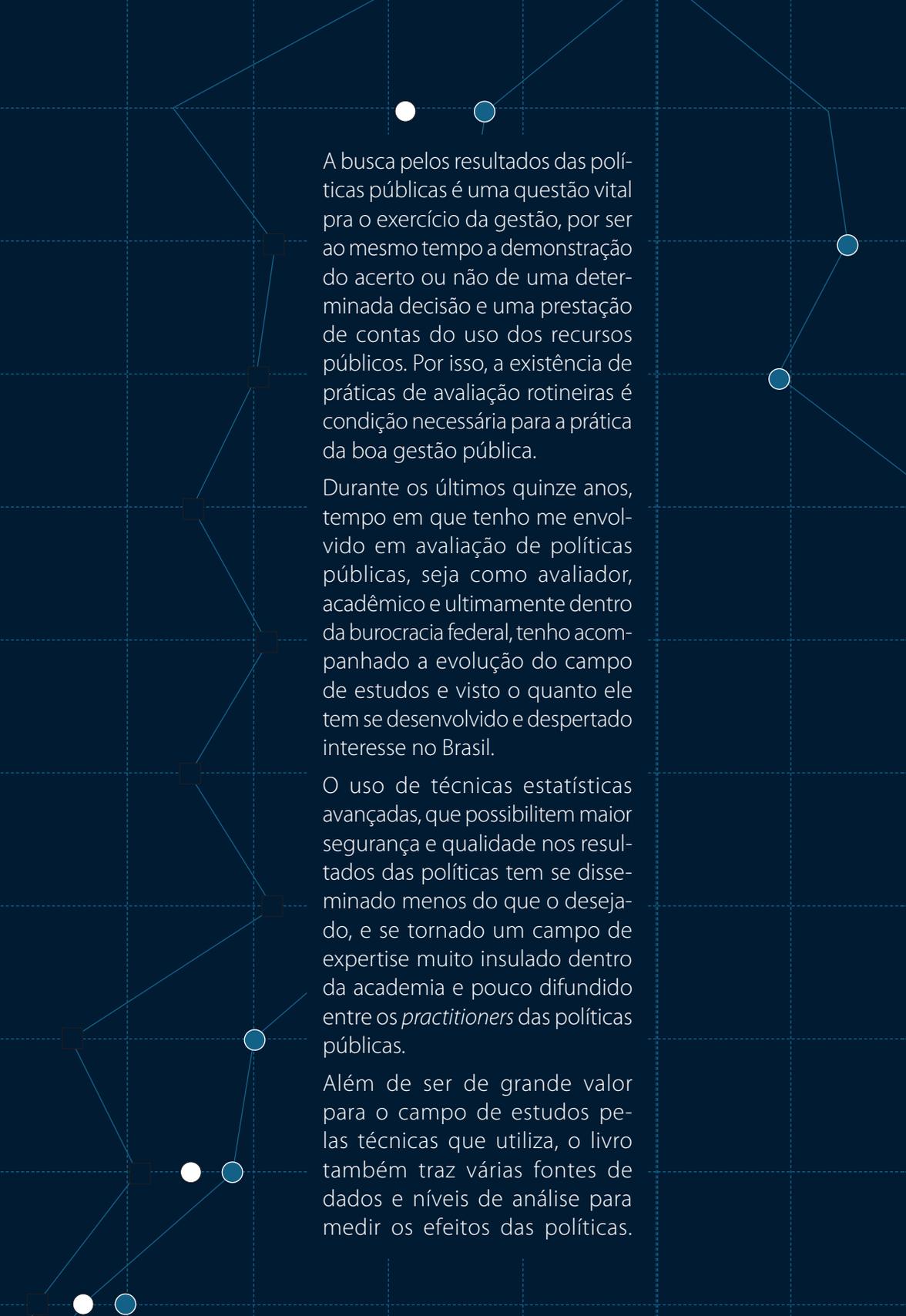
Especialista em políticas e gestão de saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais desde 2007 e graduando em Gestão Pública na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (2005). Seus interesses de pesquisa incluem saúde pública, demografia, saúde e avaliação de políticas públicas.

FINO TRAÇO



EDITORIA

PRODUÇÃO EDITORIAL: Lilian Lopes  
CAPA E DIAGRAMAÇÃO: Aline Vasconcelos  
REVISÃO DE TEXTOS: Pedro Furtado  
REVISÃO DE PROVAS: Cláudia Rajão



A busca pelos resultados das políticas públicas é uma questão vital para o exercício da gestão, por ser ao mesmo tempo a demonstração do acerto ou não de uma determinada decisão e uma prestação de contas do uso dos recursos públicos. Por isso, a existência de práticas de avaliação rotineiras é condição necessária para a prática da boa gestão pública.

Durante os últimos quinze anos, tempo em que tenho me envolvido em avaliação de políticas públicas, seja como avaliador, acadêmico e ultimamente dentro da burocracia federal, tenho acompanhado a evolução do campo de estudos e visto o quanto ele tem se desenvolvido e despertado interesse no Brasil.

O uso de técnicas estatísticas avançadas, que possibilitem maior segurança e qualidade nos resultados das políticas tem se disseminado menos do que o desejado, e se tornado um campo de expertise muito insulado dentro da academia e pouco difundido entre os *practitioners* das políticas públicas.

Além de ser de grande valor para o campo de estudos pelas técnicas que utiliza, o livro também traz várias fontes de dados e níveis de análise para medir os efeitos das políticas.



São usados tanto levantamentos primários quanto secundários, vários deles abertos e de livre uso e manipulação. O uso dessas bases de dados e registros administrativos são uma prática ainda pouco difundida de avaliação de políticas, embora a qualidade e facilidade de seu uso tenha aumentado a frequência de trabalhos que se utilizam desse material.

O que faz do livro uma leitura essencial tanto para acadêmicos quanto para profissionais de governo é a soma dessas características. A iniciativa dos organizadores, ao selecionar trabalhos de alto grau de qualidade técnica, faz de Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas um livro que não pode faltar na formação de quem lida com políticas públicas.

### **Flávio Cireno**

Coordenador Geral de Integração e Análise de Informações, Departamento de Condicionalidades, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O padrão ouro na avaliação de políticas públicas é o experimento aleatório, desenhado antes da implementação de uma dada política, com coleta de dados antes e depois da mesma. Esta metodologia, livre de vieses, apresenta duas deficiências cruciais. Primeiro, possui uma implementação cara. Segundo, sofre de grande resistência por parte dos gestores públicos, que têm dificuldade em aceitar o sorteio de quem será beneficiado por sua política. Quando o método experimental não pode ser aplicado, então os avaliadores devem ser criativos e se contentar com as imperfeições dos vários métodos de natureza quase-experimental. O livro *Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas*, organizado por Ernesto Amaral, Guilherme Quaresma e Samantha Hausmann, apresenta vários casos em que esta criatividade é colocada à prova, avaliando diferentes políticas com diversas técnicas de análise observacional (não-experimental). O livro traz um belo elenco de casos e reflete a trajetória de ensino e pesquisa de um excelente acadêmico e seus orientandos.

*Eduardo Luiz Gonçalves Rios-Neto*

Professor Titular do Departamento de Demografia e Pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**CPEQS**

Centro de Pesquisas  
Quantitativas em  
Ciências Sociais

**UFMG**

**CNPq**  
Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

**FAPEMIG**

trabalho <sup>coleção</sup> & desigualdade

ISBN 978-85-8054-215-8



9 788580 542158 >